

**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PELOTAS/RS**  
**SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO**  
**UNIDADE DE GERENCIAMENTO DE PROJETOS**  
**COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÕES**

**Carta Convite n.º 01/2017**

**TENSEG SECURITY**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob nº 08.562.197/0001-64, com sede à Rua Felix da Cunha, n.º 224, na cidade de Porto Alegre/RS, por seu representante legal infra assinado, vem, respeitosamente, à presença de Vossa Senhoria, apresentar sua **IMPUGNAÇÃO a carta convite em epígrafe** nos termos e fundamentos que seguem.

**1. Breve Introdução**

A Prefeitura de Pelotas/RS, através das secretarias suprarreferidas, enviou Carta Convite à empresa TENSEG SECURITY com o intuito de demonstrar seu interesse em firmar contrato administrativo para realização de serviço de rastreamento e monitoramento de veículos e máquinas.

Nas palavras de Hely Lopes Meirelles, o "convite é a modalidade de licitação mais simples, destinada às contratações de pequeno valor, consistindo na solicitação escrita a pelo menos três interessados no ramo".

Por se tratar de uma modalidade de licitação, mesmo que simplificada, ainda deve respeitar a legislação aplicável, bem como estar de acordo com os princípios que regem a licitação pública. E é por este motivo que, respeitosamente, vem a empresa em epígrafe impugnar a Carta Convite em relação à exigência exposta no "Anexo 03. Minuta do Contrato", mais especificamente na sua Cláusula Terceira, alínea 'r'.

**2. Da irrelevância da exigência contratual**

O inciso I do parágrafo primeiro do artigo 3º da Lei 8.666 prevê a impossibilidade dos agentes públicos de exigir circunstâncias impertinentes ou irrelevantes para o específico objeto do contrato.

Art. 3º A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos.

§ 1º **É vedado aos agentes públicos:**

I - **admitir, prever, incluir ou tolerar, nos atos de convocação,** cláusulas ou condições que comprometam, restrinjam ou frustrem o seu caráter competitivo, inclusive nos casos de sociedades cooperativas, e estabeleçam preferências ou distinções em razão da naturalidade, da sede ou domicílio dos licitantes **ou de qualquer outra circunstância impertinente ou irrelevante para o específico objeto do contrato,** ressalvado o disposto nos §§ 5º a 12 deste artigo e no art. 3º da Lei no 8.248, de 23 de outubro de 1991;

Ocorre que no caso em tela, o objeto do contrato é "a realização de serviço de rastreamento e monitoramento de veículos e máquinas" – o que, por óbvio, é realizado remotamente.

Desta forma, não há nenhuma relevância em exigir que a empresa possua sede, filial ou sucursal no município de Pelotas/RS, visto que, mesmo no caso em que a empresa constitua uma sucursal, os serviços serão prestados em sua central, localizada em outro município.

Portanto, postula-se a retirada da referida cláusula contratual por se mostrar irrelevante para a prestação dos serviços contratados e, desta forma, afrontando diretamente Lei Federal.

### 3. Da impossibilidade de exigência de sede, filial ou sucursal de empresa para participação em licitação

Ainda, não bastando ser irrelevante, a exigência de sede, filial ou sucursal para participação de empresa em uma licitação – desde que plenamente justificada – não é permitida por regra contida no mesmo texto legal (grifou-se):

Art. 3º A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos.

§ 1º **É vedado aos agentes públicos:**

I - **admitir, prever, incluir ou tolerar, nos atos de convocação, cláusulas ou condições que comprometam, restrinjam ou frustrem o seu caráter competitivo**, inclusive nos casos de sociedades cooperativas, e estabeleçam preferências ou distinções em razão da naturalidade, **da sede ou domicílio dos licitantes** ou de qualquer outra circunstância impertinente ou irrelevante para o específico objeto do contrato, ressalvado o disposto nos §§ 5º a 12 deste artigo e no art. 3º da Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991;

Ocorre que a exigência de sede, filial ou sucursal de empresa prestadora de serviços tão especializados quanto os constantes na Carta Convite impugnada representa uma clara restrição ou até mesmo frustração do caráter competitivo, visto o baixíssimo número de empresas plenamente habilitadas para prestar os serviços licitados!

O Tribunal de Contas da União decidiu a representação TC-028.508/2011-4, ao lavrar o acórdão nº 1039/2012 em desfavor da Universidade Federal do Rio Grande do Sul nesse sentido, intimando-a sobre a impossibilidade de exigir sede ou filial no local com base na regra legal supracitada (grifou-se):

1.6. Dar ciência à Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS que **a exigência de sede ou filial em edital de licitação contraria o previsto no art. 3º §1º, inciso I, da Lei nº 8.666/1993**, que preceitua ser vedado aos agentes públicos admitir, prever, incluir ou tolerar, nos atos de convocação, cláusulas ou condições que comprometam, restrinjam ou frustrem o seu caráter competitivo e estabeleçam preferências ou distinções em razão da naturalidade, da sede ou domicílio dos licitantes ou de qualquer outra circunstância impertinente ou irrelevante para o específico objeto do contrato.

O parágrafo 5º do artigo 30 da mesma lei prevê que não é possível exigir documentação que atrele a qualificação técnica à aptidão em local específico:

Art. 30. A documentação relativa à qualificação técnica limitar-se-á a:

(...)

§ 5o É vedada a exigência de comprovação de atividade ou de aptidão com limitações de tempo ou de época ou ainda em locais específicos, ou quaisquer outras não previstas nesta Lei, que inibam a participação na licitação.

Nesse caso, exigir sede ou sucursal pode ser considerada uma limitação de local para serviço técnico, sendo, portanto, ilegal.

O Tribunal de Contas da União já decidiu nesse sentido, conforme voto do Ministro JOÃO AUGUSTO RIBEIRO NARDES ao julgar a representação TC 004.890/2014-0 (grifou-se):

9.2. Em sede de razões de justificativa, os recorrentes argumentaram que a inclusão da exigência de comprovação da regularidade com a Fazenda Distrital no instrumento convocatório tinha como objetivo **garantir que a futura contratada tivesse sede ou filial em Brasília, de modo a garantir maior qualidade e agilidade na prestação dos serviços ora contratados.**

9.3. **Todavia o § 6º do art. 30 da Lei 8.666/1993 veda expressamente as exigências de propriedade e de localização.** Conforme afirmado no relatório que fundamenta a deliberação combatida, 'apesar de justificável, **a exigência de comprovação da regularidade Distrital impôs às participantes do certame um ônus exagerado e seguramente restringiu a competitividade do certame.**' (peça 30, p. 8)

#### 4. Do Pedido

Diante do exposto, requer seja recebida a presente impugnação e que a mesma seja julgada totalmente procedente, para **retirada da alínea 'r' da Cláusula Terceira do "Anexo 03. Minuta do Contrato", da Carta Convite em apreço.**

Porto Alegre, 23 de fevereiro de 2017.

  

---

Jefferson Borges Herbe  
RG5049316176  
Sócio-Administrador